



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MULHERES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 10h10min do dia 23/9/19, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência da vereadora Cida Falabella e com a presença da vereadora Bella Gonçalves e dos vereadores Maninho Félix e Edmar Branco, reuniu-se a Comissão de Mulheres da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. I - Aprovação de atas: não tendo recebido impugnação, nos termos regimentais, das atas da 18ª e da 20ª reuniões ordinárias, realizadas em 2 e 16/9/19, respectivamente, a presidenta comunicou sua aprovação. II - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: 1) Evento referente ao Requerimento de Comissão nº 1.012/19 - "Deliberação sobre suspensão do Seminário às 10h para que seja realizada a reunião ordinária da Comissão, que também ocorrerá no Plenário Ayménhas de Barros". Autoria: vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella e vereador Maninho Félix. A presidenta e a vereadora Bella Gonçalves discutiram a deliberação. Aprovado por unanimidade. A presidenta informou que o seminário será suspenso às 10 horas para realização da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Mulheres, no dia 30/9/19, no Plenário Ayménhas de Barros. 2) Requerimento de Comissão nº 1.151/19 - Solicita que seja alterada lista de convidados do seminário com a finalidade de "discutir com especialistas e movimentos sociais os seguintes temas: 1) violência contra a mulher, em especial o feminicídio; 2) geração de renda e economia das mulheres; 3) mulheres e mobilidade urbana". Autoria: vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella e vereadores Maninho Félix e Edmar Branco. Aprovado por unanimidade. III - Outros Assuntos: a presidenta deu ciência à comissão do recebimento de ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.037/19. Resposta: "O Juiz informou que a Unidade



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Judiciária possui competência Criminal, Infância e Juventude e Violência Doméstica Contra a Mulher. Sua linha de atuação quanto à guarda de criança e adolescente ocorre apenas quando há risco a ser tutelado, pois, na Comarca, há Vara própria de Família a decidir sobre essa matéria. A atuação da Infância e Juventude se restringe a casos de guarda na existência de risco (fins de acolhimento institucional ou solução de guarda para criança e adolescente em situação de vulnerabilidade), não entrando nos casos de disputa de guarda entre genitores, notadamente quando já existente guarda discutida (deferida em processo já em tramitação na Vara de Família). Informou também que não há, por sua parte, nenhuma atuação específica fora dos procedimentos legais previstos, sob pena de atuação indevida. Na competência criminal, a Unidade recebe inquéritos e eventuais ações penais de diversos crimes, porém, com competência exclusiva na matéria envolvida na Lei Maria da Penha, com exceção de crime de Feminicídio (competência da Vara do Júri). Por fim, informou que, nessa competência, recebem e tramitam as ações penais e medidas cautelares da Lei Maria da Penha. No andamento das referidas cautelares, as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha são analisadas, desde que requeridas. A comunicação com a Vara de Família ocorre quando necessária, cabendo também às partes do processo provocarem se entenderem que é cabível". Remetente: juiz de Direito da 2ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Ribeirão das Neves, Eduardo Monção Nascimento. A presidenta e a vereadora Bella Gonçalves discutiram a resposta. IV - Reunião com convidados: tomaram assento à mesa: 1) a representante do Clã das Lobas, Fátima Muniz; 2) a representante da Associação das Prostitutas de Minas Gerais - Aprosmig, Cida Vieira; 3) a psicóloga Karina Gea, representando a Escola de Ativismo; e 4) a representante do Movimento Feminista Lúcia Helena. A vereadora Bella Gonçalves ressaltou a importância da presença das convidadas e lembrou que a comissão é um espaço de acolhimento. Fátima Moreira disse que o Clã das Lobas foi fundado há um ano



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

por profissionais do sexo de Belo Horizonte. Comunicou que o atendimento policial feito às prostitutas é pautado pelo preconceito. Relatou que a Polícia Militar envia apenas policiais homens para acompanhar casos de violência contra essas mulheres. Disse que elas não são atendidas na Delegacia de Mulheres por serem profissionais do sexo. Disse ainda que são levadas à delegacia na mesma viatura onde estão os agressores. Apontou a necessidade de polícia feminina nas redondezas da Rua Guaicurus. Lembrou que o número de ocorrências pode ser bem maior que o denunciado, pois a maioria das mulheres que trabalha nos hotéis do Município prefere não denunciar a violência. Lúcia Helena ponderou que a mudança no governo do Estado resultou no enfraquecimento da rede construída para o combate à violência contra a mulher no tocante ao atendimento às prostitutas. Relatou que, nos aglomerados e favelas, ocorrem batidas policiais sem a presença de policial mulher. Disse que as profissionais do sexo não recebem atendimento adequado do poder público, ressaltando que, além da violência a que estão expostas no trabalho, também sofrem violência institucional. Destacou a importância do fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher. A presidente enfatizou a importância da existência de políticas públicas e da quebra de preconceitos e estigmas. Lembrou a necessidade de capacitação dos servidores públicos para atender às mulheres vítimas de violência, doméstica ou não. Cida Vieira mencionou que não há mais formação de policiais direcionada para este tipo de atendimento e que a Lei Maria da Penha não atende plenamente mulheres prostitutas casadas. Destacou a necessidade de diálogo com o poder público sobre o tema. Karina Gea disse que acompanha esta situação há oito anos. Lembrou a importância de as conquistas serem reconhecidas e também de se refletir e encontrar caminhos para o atendimento adequado às mulheres prostitutas. Mencionou que o tema ainda é visto com hipocrisia e preconceito. Sugeriu a construção de um espaço amplo que cuide não só da violência doméstica. Defendeu a necessidade de se expandir a visão do que é



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

violência contra mulher. O vereador Edmar Branco propôs a busca de parcerias com o Programa de Mediação de Conflitos do Estado para resolver essas questões e avançar em políticas sociais. A vereadora Bella Gonçalves disse considerar graves os relatos apresentados e destacou que não há motivo para negligência e não atendimento por parte destes órgãos. Sugeriu que o tema fosse levado à Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção. A presidenta informou que serão encaminhados pedidos de informação: à Polícia Militar sobre a ausência de policiais femininas nas abordagens em locais de atuação das profissionais do sexo e nas vilas e favelas da cidade; à Polícia Civil quanto ao não atendimento das prostitutas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania a respeito do fluxo e da estrutura municipal de atendimento à mulher em casos de violência não doméstica. Informou ainda que será solicitado ao governo do Estado que um representante do Programa de Mediação de Conflitos da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais participe dos debates com as profissionais do sexo. Nada mais havendo a ser tratado, a presidenta declarou encerrados os trabalhos às 11h5min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidenta desta reunião.

ATA APROVADA

(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)

distribuída em avulso, no dia 26/9/19, não foi apresentada impugnação no prazo regimental.

30/9/19


Presidenta/Presidente